

POPULAR GESTÃO
DE ACTIVOS, S.A. |

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
1º Semestre 2018

do

Popular Global 25
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Fundo Harmonizado

16 de Agosto de 2018

Relatório de Gestão

Enquadramento Macro-económico

O mês de Janeiro ficou marcado pelos dados macroeconómicos, quer na Europa, quer nos EUA, pela reunião da FED e a promulgação da reforma fiscal nos EUA. Na Europa as minutas da última reunião do BCE revelaram abertura para que a instituição ajustasse a sua comunicação para sinalizar uma retirada do programa de compra de ativos de forma mais rápida do que o previsto, o que levou a um disparo das "yields", do Euro e do setor bancário. O sector bancário em Itália viu o stock de "bad loans" contrair em termos homólogos, (-6,4%) em Novembro, um ritmo superior ao registado em Outubro (-5,5%), o que impulsionou ainda mais os bancos italianos. Os dados preliminares apontavam para um crescimento sequencial de 0,6% do PIB da Zona Euro no último trimestre do ano (vs. +0,7% no 3º trimestre). Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7% e posicionou a região para o melhor crescimento desde 2008 (+2,5% em 2017). Já a inflação na Zona Euro desceu 10 pontos base para 1,3% em Janeiro, atingindo o nível mais baixo desde Dezembro de 2016. Com este valor a inflação afastou-se ainda mais da meta dos 2%/ano que o BCE pretende. Em Portugal a Impresa anunciou a alienação do negócio de revistas à sociedade Trust in News, tendo o encaixe sido de € 10,2 milhões. A ANACOM, em comunicado, informou os CTT que estes vão estar obrigados ao cumprimento de um conjunto de 24 indicadores de qualidade de serviço, que anteriormente era medida apenas através de 11 indicadores. Posteriormente, a empresa anunciou um plano estratégico para revitalizar o seu negócio, que incluiu o corte de 800 postos de trabalho em 3 anos (11% do total) e a redução das remunerações da administração entre 25% a 15%. Nos EUA, Donald Trump promulgou a reforma fiscal dos EUA, a mais ambiciosa em 30 anos, no valor de 1,5 biliões de dólares, que passou a lei. Este plano inclui uma redução do IRC de 35% para 21% e um grande corte do IRS para os contribuintes mais ricos, bem como cortes temporários de impostos para alguns particulares e famílias. O PIB do 3º trimestre de 2017 nos EUA cresceu 3,2%. Este valor final foi alavancado pelo consumo (+2,2%). Em termos macroeconómicos a surpresa veio do mercado laboral, face à subida homóloga de 2,9% na remuneração média por hora, a maior subida desde 2009. Este dado demonstrou que a economia dos EUA está bastante sólida, o que levou a acreditar que a FED pudesse vir a subir a taxa de referência na próxima reunião (Março), algo que não era esperado anteriormente pelos mercados, possibilidade que, no entanto, tinha sido deixada em aberto na reunião de Janeiro da FED.

O mês de Fevereiro ficou marcado, essencialmente, pelo receio em torno da FED poder vir a subir a sua taxa de referência mais vezes do que o mercado esperava anteriormente. Outro tema foi a possibilidade de imposição de taxas aduaneiras nos EUA sobre o aço e o alumínio, dando assim início a uma guerra comercial. Na Europa foi revelado que a inflação na Zona Euro caiu 10bps para os 1,2%. Este cenário afastou a ideia de subida de taxas de juro por parte do BCE, pois a evolução da inflação tem sido a contrária do pretendido. Os dados preliminares indicaram um crescimento sequencial de 0,6% da economia da Zona Euro, confirmando as estimativas. Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7%. Nas actas do BCE verificou-se que, apesar de alguns dos seus membros quererem alterar a comunicação sobre a retirada de estímulos, concluiu-se que ainda era prematuro e não justificado. Em Portugal o BCP apresentou os resultados de 2017, onde o produto bancário cresceu 4,8%, para os € 2.197 milhões, com a margem financeira a crescer 13% para os € 1,4 mil milhões e o resultado líquido totalizar € 186 milhões vs € 24 milhões em 2016. Foi revelado que o banco iria reintegrar o Stoxx 600, a partir de 16 de Março. Nos EUA foi conhecido o valor do PIB que confirmou o crescimento em cadeia a uma taxa

anualizada de 2,5% no 4º trimestre de 2017, sem surpresas para o mercado. O novo Presidente da Fed, Jerome Powell, defendeu que a recente correção no mercado de ações e o aumento das taxas sobre a dívida pública dos EUA não deviam prejudicar o crescimento e que a economia continuava robusta, reforçando assim o compromisso na subida de taxas (esperados três aumentos em 2018). Os números de inflação vieram acima do previsto em Janeiro, 2,1% vs 1,9% esperados, o que provocou imediatamente uma reação negativa no mercado acionista, mas pouco duradoura.

O mês de Março ficou marcado, novamente, pelo receio em torno da guerra comercial entre a China e os EUA. Realizou-se também a reunião da FED e do BCE, o acordo sobre a formação do governo na Alemanha e as eleições em Itália. Em Portugal o destaque foi para o BCP que voltou a reintegrar o Stoxx 600, em 16 de Março. A F. Ramada substituiu a Novabase no PSI20, a em 19 de Março. A Jerónimo Martins viu o lucro ficar aquém do esperado e teve uma quebra da margem no trimestre em 20pbs, pressionada pelos negócios de retalho em Portugal. Os CTT viram os números de 2017 superarem as estimativas de mercado, considerando os dados recorrentes, tendo a empresa confirmado o dividendo de 38 cêntimos por ação. A Sonae está a analisar a possibilidade de listar um portefólio de retalho, prevendo manter uma participação maioritária na unidade. Na Europa, na reunião do BCE, foram as palavras de Mario Draghi a animar os investidores, ao ter revisto em alta as previsões económicas para este ano e em baixa a inflação para 2019, o que alimenta o ciclo de taxas de juro baixas por um período de tempo mais longo. Esta ideia saiu ainda mais reforçada quando foi conhecido o valor da inflação de Fevereiro que mostrou uma descida, de 1,3% para 1,1%, em sentido contrário ao pretendido pelo BCE. No rescaldo das eleições italianas, Matteo Salvini, líder do partido Liga, mostrou compromisso com a coligação de centro-direita, afastando a ideia de que poderia haver conversações dentro do Bloco Eurocético, o que acabou por ser bom para a Europa. Na Alemanha os militantes do SPD aprovaram (66% a favor) o acordo com a CDU e a CSU para a formação de uma coligação governativa, acabando assim o impasse que já durava há 6 meses. Nos EUA a Taxa de Desemprego manteve-se nos 4,1%. A inflação acelerou em Fevereiro, como era esperado, para os 2,2%. Os mercados reagiram negativamente ao anúncio do Presidente norte-americano, Donald Trump, de criação de taxas de 25% nas importações de aço e de 10% nas importações de alumínio, preocupados com a hipótese duma guerra comercial. Posteriormente, o Presidente norte-americano confirmou que vai impor taxas às importações chinesas, avaliadas em \$50 mil milhões. Trump pretende assim diminuir o défice comercial com a China. A China respondeu e diz que tem planeado um imposto de 25% para as importações norte-americanas, em produtos como a carne de porco e o alumínio reciclado, e 15% em produtos como o vinho e a fruta. Estes movimentos têm indiciado o início duma guerra comercial, algo que preocupou os mercados. No entanto, ambas as partes mostraram abertura para negociar. Na primeira reunião de Jerome Powell como presidente da FED, foi decidido a subida do intervalo da taxa de juro de referência em 25 pontos, para 1,50%-1,75%, como era esperado. Foi tornado publico o uso indevido por parte da Cambridge Analytica de informação de 87 milhões de perfis do Facebook. Surgiram rumores de que a Coreia do Norte estaria disposta a discutir com os EUA a possibilidade de abandonar o seu programa nuclear.

Abril ficou marcado pela tensão em torno da guerra comercial entre os EUA e a China e dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal a Mota-Engil revelou que, pela primeira em vinte anos, não vai pagar dividendo. A Teixeira Duarte vendeu a participação no Hospital de Cascais para reduzir passivo, operação que está dependente de autorização por parte do Estado Português, enquanto entidade concedente. Surgiram rumores de que a Altri estará interessada na compra da Lwarcel, empresa com capacidade para produzir 250 mil toneladas de pasta de papel (vs. 1,04 milhões de toneladas da Altri). O valor da transação está avaliado entre € 340 milhões e

€ 440 milhões, e que a Altice e a Prisa vão estender o prazo para concluir a venda da Media Capital de modo a que o regulador avalie a operação. A operação tem sido bastante criticada pelas telecoms a operar em Portugal. Na Europa assistimos à divulgação da inflação da Zona Euro que passou de 1,1% para 1,3%, mas, para além de ter sido menos do que o antecipado pelo valor preliminar (1,4%), continua bem abaixo do pretendido pelo BCE, provocando inclusivamente mais afastamento entre a série do IPC e a meta 2%/ano. O BCE manteve a taxa de referência inalterada, e continuação do programa de compra de ativos de € 30 mil milhões mensais até Setembro. O discurso do presidente do BCE focou riscos para o crescimento económico, ainda que sublinhando que a atividade na Zona Euro se mantém forte. A China anunciou que irá permitir a fabricantes de automóveis estrangeiros deterem mais de 50% de joint ventures com empresas chinesas, deixando cair uma restrição com duas décadas de existência. Boa notícia para as fabricantes que poderão expandir naquele que é o maior mercado automóvel do mundo. Nos EUA o tema de Abril foi a questão das tarifas comerciais à China pelos EUA. O início do mês ficou marcado pela resposta da China ao anunciar tarifas de até 25% sobre 128 produtos norte-americanos. Ao longo do mês houve uma redução da tensão em torno da guerra comercial após Donald Trump ter escrito na sua conta pessoal do Twitter que os EUA chegarão a acordo com a China. Posteriormente, também através do Twitter, assistiu-se ao reacender da tensão geopolítica entre EUA e Rússia, com Donald Trump a ameaçar a Síria, após um ataque com armas químicas numa região da Síria, algo que posteriormente se confirmou com o lançamento de mísseis sobre a região. A inflação de Março que ficou em linha com o esperado, 2,4%. Nas actas da FED entende-se que existe a possibilidade de existência de quatro subidas de juros nos EUA este ano. Os primeiros dados preliminares do PIB apontavam para uma taxa de expansão anualizada de 2,3% no 1º trimestre face ao último período de 2017, um ritmo superior aos 2% estimados, ainda que a denotar uma desaceleração face aos 2,9% registados no 4º trimestre de 2017. Ao longo do mês assistiu-se uma diminuição da tensão geopolítica com a Coreia do Norte, anunciou a suspensão dos testes nucleares e balísticos, bem como pelo encontro histórico entre os dois líderes coreanos, dando início a uma nova era no processo de paz.

O mês de Maio ficou marcado pela crise política em Itália e em Espanha, notícias em torno da cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, o programa nuclear iraniano e a guerra comercial os EUA com a China e a União Europeia. Em Portugal o CaixaBank informou que adquiriu a posição da Allianz de 8,425% no BPI por € 178 milhões. O banco espanhol passou assim a deter 92,935% do BPI e convocou uma Assembleia de Acionistas para propor a sua saída de bolsa. O banco avançou com uma proposta de compra pelas ações não detidas de € 1,45/ação. A China Three Gorges avançou com uma proposta de compra das ações não detidas da EDP por € 3,26/ação. O acionista chinês detém 23,27% do capital social da empresa e o objetivo é deter pelo menos 50%. A EDP Renováveis também será alvo da aquisição ao preço de € 7,33/ação. A Autoridade da Concorrência rejeitou os remédios, apresentados pela Altice, no âmbito da compra da Media Capital à Prisa. O regulador justificou que a operação não protegia os interesses dos consumidores, nem garantia a concorrência no mercado. Na Europa tivemos a divulgação do valor da inflação de Abril que mostrou uma redução ao passar de 1,3% para 1,2%, afastando-se assim ainda mais do pretendido pelo BCE, 2%. A política em Espanha e em Itália dominaram as atenções neste mês: incerteza em torno do governo italiano, o que causou muita volatilidade principalmente na Banca, que só ficou esclarecida quando o Presidente Sergio Mattarella deu luz verde à proposta do Movimento 5 Estrelas e da Liga para formarem Governo, liderado por Giuseppe Conte, em Espanha a moção foi aprovada a moção de censura sobre o governo Espanhol que resultou na queda do governo de Mariano Rajoy e na subida ao poder de uma coligação liderada pelo socialista Pedro Sanchez, onde se destaca o apoio do "Podemos" e dos partidos separatistas Catalães. Em causa estava a condenação de um caso de corrupção que envolve o PP. Nos

EUA a FED manteve a taxa de referência inalterada, como o mercado esperava, mas ao realçar a melhoria económica e ao dar nota de que a inflação se moveu para a meta dos 2% levantou as expectativas dos investidores na possibilidade da FED poderá ser mais agressivo na subida de juros. A inflação revelou uma subida de 2,4% para 2,5% em Abril, aumentando as expectativas sobre quatro aumentos de taxa, da FED em 2018. O Presidente norte-americano anunciou ainda que os EUA iriam abandonar o acordo sobre o programa nuclear iraniano, com proposta de sanções contra o Irão. A Alemanha, a França e o Reino Unido lamentaram a decisão dos EUA. O petróleo reagiu em alta com o barril de crude a negociar novamente acima dos \$70. A Coreia do Norte anulou o encontro com a Coreia do Sul devido aos exercícios militares conjuntos entre esta e os EUA. Os EUA, na altura, disseram que continuavam a trabalhar na preparação do encontro uma vez que não foram notificados da não realização da cimeira. No final do mês o tema da guerra comercial, regressou com a administração de Trump a anunciar a imposição de taxas às importações de aço e alumínio provenientes da União Europeia, Canadá e México, com efeitos a partir de 1 de Junho. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, reagiu de imediato, referindo que vai contestar a medida junto da OMC e prometeu retaliação da Europa. O México também manifestou a intenção de avançar com medidas, impondo taxas na ordem dos \$16,6 mil milhões. Em relação à China o Presidente norte-americano afirmou que levará adiante a imposição de tarifas de 25% sobre produtos chineses, avaliados em \$50 mil milhões. A lista de produtos a serem alvo foi divulgada no dia 15 de Junho.

Junho ficou marcado pela escalada da guerra comercial entre a China e os EUA, as reuniões do BCE e da FED, a política de imigração na Europa e pelos dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal o Conselho de Administração Executivo da EDP recusou a proposta da China Three Gorges por considerar que o preço oferecido (€ 3,26 por ação) não reflete adequadamente o valor da empresa. A Prisa deu como terminado o acordo para a venda da Media Capital à Altice, decisão que já se espera depois do regulador português ter chumbado a operação e a Altice não ter mostrado disponibilidade para apresentar novos remédios. Surgiram rumores de que a Jerónimo Martins terá apresentado a melhor proposta pela cadeia de lojas Piotr i Pawel, na Polónia, superando a oferta da rival Auchan, empresa que terá cerca de 140 lojas na Polónia. Na Europa, o PIB do 1º trimestre confirmou que a economia da Zona Euro se expandiu apenas 0,4% em cadeia nos primeiros três meses do ano. A inflação na Zona Euro aumentou em Maio, passando de 1,3% para 1,9%, tal como se esperava, devido à subida dos custos energéticos (+6,1% em termos homólogos). O Banco Central Europeu comunicou ao Mercado que o programa de compra de dívida pública será estendido até ao final de 2018, três meses além do que estava inicialmente planeado - Setembro de 2018. No entanto, a partir do próximo mês de Outubro, o BCE irá baixar o volume mensal de compra de ativos de € 30 mil milhões para € 15 mil milhões. O BCE comunicou também que irá manter as suas taxas de referência inalteradas até pelo menos Junho de 2019. Os líderes europeus chegaram a um acordo sobre a política de migrações. Serão criados centros, em território comunitário, para acolher migrantes resgatados, sendo feita a distinção entre aqueles que são económicos (e que regressam ao país de origem) e os que precisam de proteção internacional. Outra novidade prende-se com a criação de plataformas regionais de desembarque, fora da Europa, para onde serão levados os migrantes. Foi acordado ainda reforçar as fronteiras externas à União Europeia e aumentar o financiamento à Turquia, Marrocos e outros países do norte de África. Nos EUA a 3ª estimativa do PIB norte-americano registou uma taxa anualizada de 2%, ritmo inferior aos 2,2% divulgados pela 2ª estimativa e que compara com os 2,9% no 4º trimestre. A rúbrica do consumo privado foi revista em baixa, de um crescimento de 1% para os 0,9%, naquela que é a taxa de crescimento mais baixa desde o 2º trimestre de 2013. A inflação aumentou em Maio, de 2,6% para 2,8%, valor em linha com o previsto. A Fed aumentou a taxa de juro de referência em 25 pontos base para o intervalo 1,75%-

2%. Foi a segunda subida este ano, tendo a Reserva Federal sinalizado a possibilidade de termos quatro aumentos em 2018, mais um do que o que estava previsto no início do ano. O facto da inflação prevista se situar nos 2,1%, aliado à robustez económica, ajuda a justificar estas subidas. Relativamente à cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, tanto Donald Trump como Kim Jong Un assinaram a carta conjunta após o encontro e afirmaram que a reunião correu acima das expectativas. Assistou-se ao regresso da guerra comercial entre os EUA e a China, com Trump a confirmar \$50 mil milhões de tarifas à China. Um porta-voz do governo Chinês afirmou que não quer alimentar uma guerra comercial e que não concorda com a posição da Casa Branca, mas tendo em conta a situação será forçada a retaliar de forma firme. Posteriormente os EUA ameaçaram a imposição de uma tarifa de 10% às importações chinesas, avaliadas em \$200 mil milhões, com o intuito de encorajar a China a mudar as suas práticas injustas e de abrir o seu mercado aos bens norte-americanos. A China ameaçou responder da mesma moeda aos EUA. Na reunião dos G7, o tema mais divergente foi a questão das tarifas que os EUA aplicaram recentemente aos seus parceiros.

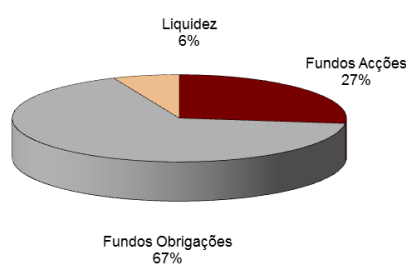
Actividade do Fundo

O Fundo iniciou a sua actividade em Julho de 2000 e é um fundo de fundos com perfil conservador, uma vez que o investimento em fundos de acções pode variar entre 15% e 35%.

Os activos que integram o Fundo são seleccionados tendo em conta a diversificação a nível geográfico e sectorial e a performance, e são geridos pelas melhores casas internacionais de gestão de activos.

Durante o primeiro semestre de 2018, o investimento indirecto no mercado de acções manteve-se estável e próximo dos 27%, tendo-se registado alterações significativas ao nível da composição da carteira em relação à distribuição geográfica. A distribuição geográfica, e para o mercado accionista tem sido, em média, a seguinte: 35% para a Europa, 48% para os EUA, 11% para o Japão e 6% para o resto da Ásia e outros mercados emergentes.

A 30 de Julho de 2018, a composição do Fundo apresentava-se repartida da seguinte forma:



Volume sob Gestão, Nº Up's em circulação e valor da UP

No final do primeiro semestre de 2018, o património líquido do Fundo era cerca de 49 milhões de Euros. O número de participantes a 30 de Junho era de 2194.

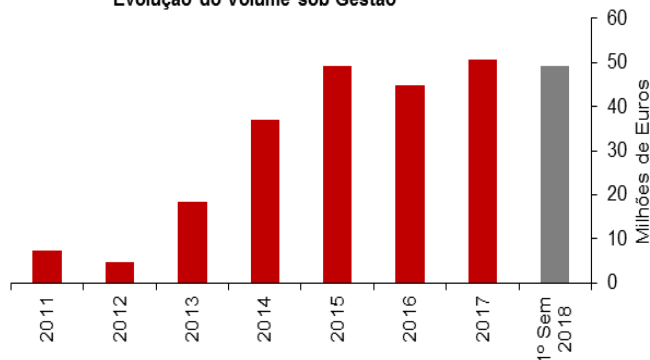
O quadro seguinte apresenta o volume sob gestão, o número de unidades de participação e o respectivo valor unitário, correspondente ao final de cada período considerado.

Final	Volume sob Gestão €	Nº. Ups	Valor UP €
1º Sem 2018	49.344.468	7.837.454,81	6,2960
2017	50.777.728	7.887.809,91	6,4375
2016	44.763.813	7.366.284,13	6,0769
2015	49.282.334	8.208.582,87	6,0038
2014	37.007.271	6.201.565,52	5,9674
2013	18.289.023	3.152.098,81	5,8022
2012	4.736.757	863.453,29	5,4858
2011	7.415.190	1.471.068,90	5,0407

O valor unitário final da unidade de participação a 30 de Junho de 2018 foi 6,2960 euros.

Nos gráficos seguintes poderá ser observada a evolução do valor da UP e a evolução do Volume sob Gestão:

Evolução do Volume sob Gestão



Evolução do Valor da UP

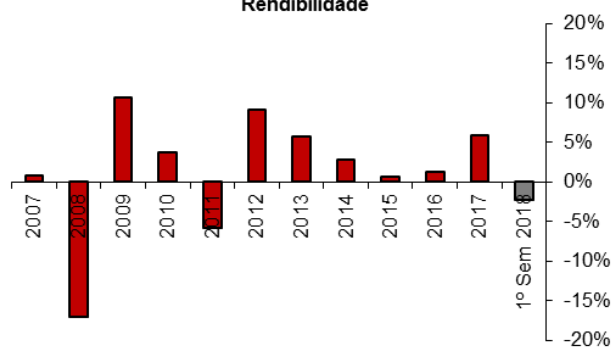


Rendibilidade¹ e Risco

A evolução da rendibilidade e risco do Fundo, nos últimos dez anos civis, foi a que a seguir se indica, sendo que, o valor da UP utilizado para o cálculo das rendibilidades corresponde ao valor divulgado no último dia útil dos períodos mencionados.

Ano	Rendibilidade	Risco
1º Sem 2018	-2,20%	3
2017	5,93%	3
2016	1,25%	3
2015	0,61%	3
2014	2,85%	3
2013	5,77%	3
2012	9,19%	2
2011	-5,76%	3
2010	3,69%	2
2009	10,72%	3
2008	-17,01%	3
2007	0,86%	2

Rendibilidade



¹ As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que variava entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo) até 2012. Em 2013, em virtude da alteração do RJOIC, o nível de risco passou a variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo), pelo que os valores apresentados no quadro não são comparáveis entre o ano de 2013 e os anteriores.

As rendibilidades apresentadas correspondem à rendibilidade efectiva do Fundo em cada período, e são líquidas de comissão de subscrição, uma vez que é nula. Quanto à comissão de resgate, esta é variável (0% a 2%) e decrescente com o prazo decorrido entre a data de subscrição e a data do resgate, sendo nula para períodos superiores a 181 dias.

Toda a informação relativa ao Fundo encontra-se nos respectivos prospectos, os quais se encontram disponíveis nos locais de comercialização do Fundo (balcões e site do Banco Popular) e no site da CMVM. Para um participante, estas rendibilidades, só seriam obtidas, se o investimento fosse efectuado durante a totalidade do período de referência.

Factos relevantes ocorridos durante o exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Evolução previsível da actividade do Fundo

Para o 2º Semestre de 2018, a evolução dos mercados vai depender de como a Guerra Comercial dos EUA com a China e com a Europa possa evoluir. Há dois cenários possíveis: ou se intensifica com mais tarifas entre as partes e como consequência devemos ter uma quebra no crescimento mundial, pois este escalar de “agressividade” não só prejudica ambas as partes, como é uma enorme barreira para esse crescimento. Contudo estimamos que o crescimento possa ainda vir a ter uma evolução positiva, embora inferior ao que se previa no início de 2018, uma vez que as previsões não contemplavam esta questão. Além deste grande tema que é transversal aos principais blocos económicos mundiais, há questões internas de cada região que têm o seu impacto específico. Na Europa o tema dos imigrantes provenientes do continente africano será um grande teste para se constatar o quanto a Europa está unida para resolver esta questão, bem como o estado em que se encontram as relações entre os diversos países membros. Em termos de política monetária o Banco Central Europeu indicou que o plano de apoio terminará em Dezembro de 2018 e que uma subida de taxas só ocorrerá depois do verão de 2019. Não deixa de ser um bom indicador, sobre as perspectivas que a instituição tem sobre a evolução da economia da região. Nos Estados Unidos da América continuamos a prever a continuação do crescimento económico, assim como a subida da inflação, para valores próximos do objectivo da FED que teve já duas subidas da sua taxa de referência em 2018, bem como a manutenção da taxa de desemprego em valores próximos dos actuais. O principal risco de aquecimento, por nós antecipado, continuará a ser político, nomeadamente com Donald Trump e o seu plano de investimento em infraestruturas e a liberalização do ambiente regulatório e do lado dum eventual arrefecimento da economia norte-americana. Há também o risco também é político, ou seja, uma escalada na guerra comercial e no aumento de tarifas entre os EUA, China e União Europeia. Na China mantemos a nossa visão de início de ano em que prevíamos a tendência de abrandamento do crescimento económico com uma inflação baixa e estável, dinâmica esta proveniente da redução do investimento público e da impacto negativo do sector imobiliário. O principal risco interno na China continua a ser o elevado peso da dívida, considerando o total de dívida privada (maior) e pública (menor), que superam os 250% do seu PIB.

Custos e Proveitos do Fundo

No quadro seguinte estão indicados os custos e proveitos do Fundo, bem como as principais rubricas de comissões, com referência a 30 de Junho de 2018, comparativamente com os verificados no final dos seis últimos anos civis.

Euros

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	1º Sem 2018
Custos	871.583	546.917	1.953.868	7.161.714	4.695.214	3.007.913	3.074.436
Proveitos	1.406.014	1.004.460	2.686.597	7.082.349	5.155.242	5.607.658	1.934.732
Comissão suportada pela OIC							
Comissão de Gestão	42.225	62.010	197.379	339.829	321.698	313.638	177.454
Comissão de Depósito	12.064	17.717	56.394	97.094	91.914	89.611	50.701
Comissão Carteira Títulos	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Supervisão	1.197	1.651	4.631	7.809	7.284	6.486	3.648

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património em 30 de Junho de 2018:

	Montante (euros)
Valores Mobiliários	46.174.196
Saldos Bancários	4.744.246
Outros Activos	901.901
Total Activos	51.820.343
Passivo	2.475.876
Valor líquido do Inventário	49.344.467

Apresenta-se de seguida a demonstração dos activos por % do Activo em 30 de Junho de 2018:

Nome	ISIN	Montante	% Act liquido
SISF EUR CP BD C ACC	LU0113258742	3.014.985,00	6,11%
DEUT.INV.I CONV FC	LU0179220412	3.392.509,20	6,88%
DEUT.INV.I EUR CP BD	LU0300357802	1.680.582,80	3,41%
DWS COVERED BOND	DE000DWS1UN6	585.282,02	1,19%
Allianz Euro Rent K	DE0008475187	464.765,10	0,94%
ALLIANZ LIT DRAG A2	LU0396102641	811.218,00	1,64%
THREADNEEDLE-GL E MK	LU0329574395	2.665.566,60	5,40%
THR-Pan Euro SM CAP	LU0282719219	1.069.465,00	2,17%
THR-US Core Equities	LU0757433437	554.139,00	1,12%
Candriam BD CRD OPP	LU0151325312	3.335.816,52	6,76%
JPMF GL STRAT B-C	LU0587803247	258.721,18	0,52%
INVESCO Pacific Fund	IE0003600388	536.834,15	1,09%
INVESCO ACT M-SCT CF	LU0102737144	2.203.816,23	4,47%
INVESCO GB IGR CP BD	LU0432616570	1.833.705,09	3,72%
INVESCO GL H-I Z EUR	IE00BYZ8JZ47	274.843,27	0,56%
DWS AKTIEN STR DEUT	DE0009769869	1.052.283,94	2,13%
NN-L EUR CR SUST	LU0577863615	805.950,96	1,63%
NN-L US CREDIT-IH	LU0803997666	398.903,64	0,81%
FF EURO HY Y ACC EUR	LU0346390270	1.386.472,69	2,81%
FF AMER FD Y ACC EUR	LU0963540371	489.876,39	0,99%
Pictet Japan EQ EUR	LU0328682405	680.240,00	1,38%
PICTET EUR ST HY EUR	LU0726357444	1.257.679,60	2,55%
PICTET ST EC BD EUR	LU1055198771	1.859.745,60	3,77%
JPM PAC EQTY -A EUR	LU0217390573	733.759,20	1,49%
FF GLB DEM Y ACC EUR	LU0528228314	626.727,22	1,27%
FF EUR D-G Y ACC EUR	LU0318940003	923.145,71	1,87%
FF ASIAN BD Y AC USD	LU0605512606	407.288,34	0,83%
FF GLB F-S Y ACC EUR	LU0346388704	284.432,06	0,58%
PICTET - EUR BONDS I	LU0128492062	274.466,28	0,56%
PICTET SECUR HI EUR	LU0474968293	726.519,89	1,47%
PICTET TIMBER I EUR	LU0340558823	445.432,93	0,90%
SISF QEP GEM EU C AC	LU0747140647	0,00	0,00%
PICTET ROBOT HI EUR	LU1279334723	461.819,70	0,94%
JPM EUROP EQT FD I	LU0248047044	645.847,51	1,31%
JPM GLB NAT RES FD	LU0973525776	0,00	0,00%
JPM US SC GRT-C	LU0828466978	308.645,41	0,63%
FF ASIAN BD FD EU HG	LU0605512192	0,00	0,00%
PIONEER EURO STR BD	LU0190665843	2.406.987,17	4,88%
AMUNDI EUROP POT EUR	LU0536709628	571.353,90	1,16%
JPM US SEL EQ EUR	LU0289216839	391.640,48	0,79%
Candriam BD TOT RET	LU0252132039	1.738.542,00	3,52%
Candriam BD EURO HY	LU0144746509	1.283.891,35	2,60%
AMUNDI F2 PI US GRTH	LU0739403623	1.992.200,00	4,04%
AF BD GLB EM HC IE C	LU0907912579	1.338.094,72	2,71%

Composição discriminada da carteira do Fundo:

A composição discriminada da carteira encontra-se na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de Agosto de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2018

CÓDIGO	ACTIVO	30.06.2018		CÓDIGO	PASSIVO	30.06.2018	
		ACTIVO BRUTO	MENOS VALIAS E PROVISÕES			ACTIVO LIQUIDO	30.06.2017
24	CARTERA DE TÍTULOS Unidades de Participação TOTAL DA CARTERA DE TÍTULOS	43 106 598 43 106 598	272 349 272 349	61 62	CAPITAL DO OIC Unidades de Participação Variações Patrimoniais Resultados Transitados Resultados Distribuídos Resultados Líquidos do Período	39 187 274 2 689 556 8 607 341 - -1 139 704	33 131 422 981 681 6 007 597 - 1 495 824
418	TERCEIROS Contas de Devedores TOTAL DOS VALORES A RECEBER	901 901 901 901	- 0	481	PROVISÕES ACUMULADAS Provisões para Encargos TOTAL DAS PROVISÕES ACUMULADAS	49 344 467 183 715 183 715	41 616 524 301 675 301 675
12 13	DISPONIBILIDADES Depósitos à Ordem Depósitos a prazo e com Pré-Aviso TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	4 744 246 - 4 744 246	- - 0	421 423 424+429	TERCEIROS Resgates a Pagar Comissões a Pagar Outras Contas de Credores TOTAL DOS VALORES A PAGAR	256 600 37 762 1 980 477 2 274 839	113 681 32 621 5 460 151 762
51 52 58	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS Acréscimos de Provetos Despesas com Custo Diferido Outros Acréscimos e Diferimentos TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS	- - - 0	- - - 0	55 56 58	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS Acréscimos de Custos Recetas com Provetto Diferido Outros Acréscimos e Diferimentos TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	2 583 - 14 739 17 322	2 583 - - 2 583
	TOTAL DO ACTIVO Total do Número de Unidades de Participação em circulação	48 752 745 7 837 455	272 349 -		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO Valor Unitário da Unidade de Participação	51 820 343 6,2960	42 072 544 6,2905

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

		(em euros)			
		30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS	CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS		
711	CUSTOS E PERDAS CORRENTES		PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
712	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS		JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS		
	De Operações Correntes	812	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	-	-
	Operações Extrapatrimoniais	811	Outros, de Operações Correntes	-	-
	COMISSÕES E TAXAS	819	Operações Extrapatrimoniais	-	-
722	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		RENDIMENTO DE TÍTULOS		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	822	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	6 380	24 422
732+733	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
739	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1 864 088	3 508 961
	Operações Extrapatrimoniais	839	Operações Extrapatrimoniais	36 944	71 504
7411+7412	IMPOSTOS		REPOS. E ANULAÇÃO PROVISÕES		
7412+7422	Imposto Sobre o Rendimento	851	De Provisões p/ Encargos	-	-
	Impostos Indirectos		OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
751	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	87	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	27 320	28 172
77	Provisões para encargos		1 934 732	3 633 059	
	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES				
	3 074 436				
783	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
788	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores	783	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	-	-
	Outros Custos Eventuais	788	Outros Proveitos Eventuais	-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		
	0		0	0	0
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		
	0		1 139 704	0	0
	TOTAL		TOTAL		
	3 074 436		3 074 436	3 633 059	3 633 059
	- 905 367		Resultados Eventuais	-	-
	- 14 285		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	-1 126 967	1 506 829
	-1 139 704		Resultado Líquido do Período	-1 139 704	1 495 824

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(em euros)

Código	DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		Código	RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017		30.06.2018	30.06.2017
	OPERÇÕES CAMBIAIS		OPERÇÕES CAMBIAIS				
911	-	-	-	-	911	-	-
912	928 819	2 464 676	943 558	2 409 744	912	943 558	2 409 744
913	-	-	-	-	913	-	-
914	-	-	-	-	914	-	-
915	-	-	-	-	915	-	-
	TOTAL		TOTAL				
	928 819	2 464 676	943 558	2 409 744		943 558	2 409 744
	TOTAL DOS DIREITOS		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES				
	928 819	2 464 676	943 558	2 409 744		943 558	2 409 744

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO em 30 de JUNHO DE 2018
(em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2018	30-06-2017
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	5 925 649	3 923 413
Subscrição de unidades de participação	5 925 649	3 923 413
<i>PAGAMENTOS:</i>	-6 033 672	-8 606 103
Resgates de unidades de participação	-6 033 672	-8 606 103
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	- 108 023	-4 682 690
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	2 260 400	6 308 232
Venda de títulos e outros activos	2 246 401	6 293 381
Resgates UP's OIC	13 401	6 600
Rendimento títulos e outros activos	598	8 251
<i>PAGAMENTOS:</i>	-1 587 913	-1 158 807
Compra de títulos e outros activos	-1 583 643	-1 155 823
Outras taxas e comissões	- 4 270	- 2 984
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos	672 487	5 149 425
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	6 710 265	8 882 491
Operações cambiais	6 710 265	8 882 491
<i>PAGAMENTOS:</i>	-6 683 750	-8 908 294
Operações cambiais	-6 683 750	-8 908 294
Fluxo das operações a prazo e de divisas	26 515	- 25 803
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	37 813	201 572
Outros recebimentos correntes	37 813	201 572
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 386 455	- 519 847
Comissão de gestão	- 178 177	- 156 214
Comissão de depósito	- 50 908	- 44 633
Impostos e taxas	- 130 538	- 138 948
Outros pagamentos correntes	- 26 832	- 180 052
Fluxo das operações de gestão corrente	- 348 642	- 318 275
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)	242 337	122 657
Disponibilidades no início do período (C)	4 501 909	2 570 401
Disponibilidades no fim do período (D)=(C)+/(A)+/(B)	4 744 246	2 693 058

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em euros)

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo de Investimento Mobiliário POPULAR GLOBAL 25 foi autorizada por deliberação do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, de 29 de Junho de 2000, tendo iniciado a sua actividade em 17 de Julho de 2000 como um fundo de fundos, constituído por tempo indeterminado.

Na prossecução do objectivo do Fundo enquanto fundo de fundos o seu património poderá ser constituído por depósitos bancários e/ou composto exclusivamente por unidades de participação de fundos de investimento nacionais e internacionais, incluindo unidades de participação de fundos geridos pela própria Sociedade Gestora.

O Fundo é adequado a investidores conservadores que terão acesso aos mercados de capitais, beneficiando da diversificação geográfica dos mercados como também da classe de activos em que investe.

Os mercados onde as aplicações são realizadas são os mercados de origem dos próprios fundos participados, de acordo com a política de investimento de cada um.

O Fundo, adiante designado OIC, é administrado, gerido e representado pela POPULAR GESTÃO DE ACTIVOS, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., sendo as funções de banco depositário exercidas pelo Banco Santander Totta, S.A.. Em 27 de Dezembro de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à aquisição e fusão com o Banco Popular Portugal, S.A. O Banco Popular Portugal deixa de existir enquanto entidade jurídica, sendo todos os seus direitos e obrigações transferidos para o Banco Santander Totta, S.A.

Para a Popular Gestão de Activos, S.A. esta medida não implica qualquer alteração na actividade, que continua a operar como até agora, mas integrados num novo grupo bancário.

A actividade do Fundo encontra-se regulamentada pela Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro, o regime geral dos organismos de investimento colectivo.

As notas às contas respeitam a numeração sequencial estabelecida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, pelo que os números não identificados neste Anexo não têm aplicação por inexistência de situações a reportar.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, processados de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários através do regulamento nº06/2013.

O regulamento nº 1/2013 veio introduzir o reconhecimento do montante de imposto diferido passivo incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias potenciais geradas a partir de 1 de Abril de 2013 pela carteira de títulos. Até à data de introdução desta alteração, apenas era registado o montante de imposto apurado incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias efectivas, quando não isentas de imposto (ver nota i)).

Com as alterações ao regime fiscal dos organismos de investimento colectivo previsto no Decreto-Lei nº 7/2015, o impacto fiscal sobre o saldo positivo das mais e menos-valias apurado até 31 de Março de 2013 foi considerado no âmbito do apuramento do imposto a efectuar, com referência a 30 de Junho de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Aplicações em títulos

Os títulos são registados pelo respectivo valor de aquisição sendo valorizados, de acordo com as regras estabelecidas no prospecto completo do Fundo, que têm por base o disposto no Regulamento nº 15/2003 da CMVM, conforme segue:

- Títulos cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários cotados, admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado, será utilizada a cotação de fecho divulgada pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram admitidos à negociação, com excepção dos mercados estrangeiros cujo fecho ocorra após as 17 horas, caso em que a cotação utilizada será a disponível até àquela hora.

- Títulos não cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários não cotados, no caso acções, adoptar-se-ão os seguintes critérios:

i) Tratando-se de acções admitidas à negociação numa bolsa de valores mas que não tenham sido negociadas em bolsa nos últimos quinze dias, ou que estejam em processo de admissão à cotação, utilizar-se-á, para cada um desses valores, o preço de oferta de compra oferecido por “market-makers”, difundido

regularmente por meios de informação especializados (nomeadamente Reuters, Bloomberg ou equivalente), desde que o seu volume e preços de tais ofertas sejam representativos e tenham em conta o seu presumível valor de realização;

ii) Tratando-se dos mesmos valores atrás mencionados e existindo acções da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, utilizar-se-á a valorização destes activos como preço aplicável àqueles valores, desde que as emissões sejam fungíveis entre si e assegurem a mesma liquidez;

iii) Tratando-se de acções não cotadas, utilizar-se-ão os preços de oferta de compra, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda atrás mencionados, difundidos por aqueles meios de informação especializados anteriormente referidos, desde que o volume e preços de tais ofertas sejam representativos e tenham em conta o seu presumível valor de realização;

iv) Tratando-se de unidades de participação de fundos de investimento, utilizar-se-á o último valor disponível e divulgado à data de referência da valorização.

Para efeitos da determinação do preço aplicável à valorização dos instrumentos representativos de dívida, emitidos por prazos inferiores a um ano, será adoptado o custo de aquisição acrescido dos juros decorridos desde a data de aquisição até ao momento da valorização da carteira.

As mais e menos-valias assim apuradas são registadas nas rubricas de mais e menos-valias no activo a crescer e a deduzir, respectivamente, ao valor bruto da carteira de títulos por contrapartida de resultados.

Os valores relativos a operações de compra e venda de títulos realizadas, mas cuja liquidação ainda não ocorreu à data do balanço, encontram-se registados nas rubricas de Contas de devedores, do Activo, e Outras contas de credores, do Passivo.

Na venda de títulos, o método utilizado no custeio das saídas é o FIFO, independentemente da sua natureza.

c) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base nos câmbios indicativos à vista divulgados pelo Banco Central Europeu, vulgarmente designados por “fixing”.

As diferenças de câmbio assim apuradas são registadas em resultados.

No que se refere às operações cambiais a prazo, a valorização é feita comparando o câmbio da transacção com o câmbio diário “forward” para o prazo remanescente.

d) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor líquido global do património do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do OIC, nomeadamente, unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate face ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate.

e) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OIC. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,7% sobre o valor patrimonial do OIC. Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

f) Comissão de depositário

A comissão de depositário corresponde à remuneração do Banco Popular Portugal, S.A., pelo exercício dos seus serviços de banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,2% sobre o valor do património líquido do OIC. Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

g) Taxa de supervisão

É devido à CMVM uma taxa de supervisão, calculada diariamente por aplicação da taxa de 0,0133 % sobre o património líquido do fundo. Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

h) Outros encargos

Constituem encargo do OIC, para além dos referidos nas alíneas d), e) e f), as despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC, bem como os relativos aos honorários do Auditor do OIC, os quais são devidos por força da legislação em vigor.

i) Impostos sobre o Rendimento

O Decreto-Lei n.º 7/2015 procedeu à reforma do regime de tributação dos OIC – Organismos de Investimento Colectivo.

À semelhança do regime de tributação aplicável às sociedades, sobre o lucro tributável apurado pelos OIC incide a taxa geral de IRC (actualmente 21%). Para efeitos de apuramento do lucro tributável, não são considerados os rendimentos de capitais, rendimentos prediais e mais-valias (exceto se provenientes de jurisdição sujeita a regime fiscal claramente mais favorável), assim como os gastos ligados àqueles rendimentos.

Os prejuízos fiscais apurados pelos OIC são reportáveis por 5 anos com o limite de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Os OIC encontram-se isentos de derrama municipal e de derrama estadual, sendo-lhes no entanto aplicáveis as regras de tributação autónoma previstas no Código do IRC.

Com o novo regime, passa a incidir Imposto do Selo sobre o valor líquido global dos OIC, trimestralmente, à taxa de:

- 0,0025% - para os OIC que invistam, exclusivamente, em instrumentos do mercado monetário e depósitos;
- 0,0125% - para os outros OIC.

Os rendimentos resultantes da distribuição ou resgate são sujeitos a retenção na fonte, podendo esta não ser aplicada em função da natureza do participante ou da sua residência fiscal.

- Regime transitório

O regime de tributação dos OIC consagra um regime transitório.

As mais-valias e menos-valias de elementos patrimoniais adquiridos na vigência do regime anterior foram apuradas e tributadas de acordo com as regras do anterior regime, em que era tributada em 25% a diferença entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado a 30 de Junho de 2015 e entregue o imposto através da Declaração Modelo 22 do ano em que os elementos patrimoniais sejam realizados. A diferença entre o valor de realização e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 é isenta de IRC.

NOTA 1 – SALDOS E MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL DO OIC

Quadro 1 – Número de unidades de participação emitidas, resgatadas e em circulação no 1º Semestre de 2018. Valor líquido global do OIC e da unidade de participação no primeiro semestre de 2018, bem como dos factos geradores das variações ocorridas.

	31.12.2017	Subscr.	Resgates	Dist. res.	Outros	Res. Per.	30.06.2018
Valor base	39 439 050	4 618 638	4 870 414	-	-	-	39 187 274
Diferença p/ Valor base	2 731 337	1 307 011	1 348 792	-	-	-	2 689 556
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	0
Resultados acumulados	6 007 596	-	-	-	2 599 745	-	8 607 341
Resultados do exercício	2 599 745	-	-	-	-2 599 745	-1 139 704	-1 139 704
Soma	50 777 728	5 925 649	6 219 206	0	0	-1 139 704	49 344 467
Nº unidades participação	7 887 810	923 728	974 083				7 837 455
Valor unidade participação	6,4375	6,4149	6,3847				6,2960

Quadro 2 – Número de participantes por escalão

ESCALÕES	Nº
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0,5% ≤ UPs < 2%	18
UPs < 0,5%	2 176

Quadro 3 – Evolução do valor da unidade de participação, do valor global e do número de UP's em circulação do OIC nos últimos exercícios.

Anos	VLGF	Valor da UP	Nº de U.Ps em Circulação
2018			
Março	50 696 052	6,3257	8 014 284
Junho	49 344 468	6,2960	7 837 455
2017			
Março	44 153 206	6,2214	7 097 032
Junho	41 616 524	6,2805	6 626 284
Setembro	45 525 730	6,3573	7 161 222
Dezembro	50 777 728	6,4375	7 887 810
2016			
Março	47 698 698	5,9257	8 049 435
Junho	43 658 350	5,9171	7 378 335
Setembro	44 175 506	6,0779	7 268 253
Dezembro	44 763 813	6,0769	7 366 284

NOTA 3 – INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO OIC						
<i>OIC domiciliados Estado-membro UE</i>	43 106 598	3 339 947	272 349	46 174 196	0	46 174 196
SISF EUR CP BD C ACC	2 548 770	466 215	-	3 014 985	-	3 014 985
DEUT.INV.I CONV FC	3 310 899	81 610	-	3 392 509	-	3 392 509
DEUT.INV.I EUR CP BD	1 477 595	202 988	-	1 680 583	-	1 680 583
DWS COVERED BOND	591 111	-	5 829	585 282	-	585 282
Allianz Euro Rent K	492 025	-	27 260	464 765	-	464 765
ALLIANZ LIT DRAG A2	758 803	52 415	-	811 218	-	811 218
THREADNEEDLE-GL E MK	2 635 620	29 946	-	2 665 566	-	2 665 566
THR-Pan Euro SM CAP	825 434	244 031	-	1 069 465	-	1 069 465
THR-US Core Equities	438 993	115 146	-	554 139	-	554 139
Candriam BD CRD OPP	3 138 124	197 693	-	3 335 817	-	3 335 817
JPMF GL STRAT B-C	250 387	8 334	-	258 721	-	258 721
INVESCO Pacific Fund	390 147	146 688	-	536 835	-	536 835
INVESCO ACT M-SCT CF	2 204 161	-	345	2 203 816	-	2 203 816
INVESCO GB IGR CP BD	1 911 655	-	77 950	1 833 705	-	1 833 705
INVESCO GL H-I Z EUR	284 497	-	9 654	274 843	-	274 843
DWS AKTIEN STR DEUT	878 656	173 628	-	1 052 284	-	1 052 284
NN-L EUR CR SUST	782 741	23 210	-	805 951	-	805 951
NN-L US CREDIT-IH	397 593	1 310	-	398 903	-	398 903
FF EURO HY Y ACC EUR	1 223 173	163 299	-	1 386 472	-	1 386 472
FF AMER FD Y ACC EUR	389 594	100 283	-	489 877	-	489 877
Pictet Japan EQ EUR	652 580	27 660	-	680 240	-	680 240
PICTET EUR ST HY EUR	1 198 574	59 105	-	1 257 679	-	1 257 679
PICTET ST EC BD EUR	1 888 360	-	28 615	1 859 745	-	1 859 745
JPM PAC EQTY-A EUR	631 216	102 543	-	733 759	-	733 759
FF GLB DEM Y ACC EUR	455 392	171 336	-	626 728	-	626 728
FF EUR D-G Y ACC EUR	744 369	178 777	-	923 146	-	923 146
FF ASIAN BD Y AC USD	390 583	16 705	-	407 288	-	407 288
FF GLB F-S Y ACC EUR	267 522	16 910	-	284 432	-	284 432
PICTET - EUR BONDS I	237 148	37 319	-	274 467	-	274 467
PICTET SECUR HI EUR	505 655	220 866	-	726 521	-	726 521
PICTET TIMBER I EUR	360 144	85 289	-	445 433	-	445 433
PICTET ROBOT HI EUR	394 558	67 262	-	461 820	-	461 820
JPM EUROP EQT FD I	553 431	92 416	-	645 847	-	645 847
JPM US SC GRT-C	228 129	80 516	-	308 645	-	308 645
PIONEER EURO STR BD	2 446 479	-	39 492	2 406 987	-	2 406 987
AMUNDI EUROP POT EUR	530 824	40 530	-	571 354	-	571 354
JPM US SEL EQ EUR	386 533	5 108	-	391 641	-	391 641
Candriam BD TOT RET	1 769 441	-	30 898	1 738 543	-	1 738 543
Candriam BD EURO HY	1 171 082	112 809	-	1 283 891	-	1 283 891
AMUNDI F2 PI US GRTH	1 974 200	18 000	-	1 992 200	-	1 992 200
AF BD GLB EM HC IE C	1 390 401	-	52 306	1 338 095	-	1 338 095
Total	43 106 598	3 339 947	272 349	46 174 196	0	46 174 196

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO OIC

Contas	31.12.2017	30.06.2018
Depósitos à ordem	4 501 909	4 744 246
Total	4 501 909	4 744 246

NOTA 4 – CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS

Os critérios utilizados na valorização dos activos integrantes da carteira do Fundo encontram-se explicitados no capítulo “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” deste Anexo.

Durante o período não foram utilizados critérios diferentes dos previstos no prospecto do Fundo.

NOTA 10 – RESPONSABILIDADES COM E DE TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2018, o OIC detinha as seguintes responsabilidades referentes a operações forward (contravalor em euros):

Tipo de responsabilidade	Prestadas pelo OIC		Prestadas por terceiros	
	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018
Operações a prazo de compra	-	-	2 464 676	928 819
Operações a prazo de venda	2 409 744	943 558	-	-
Total	2 409 744	943 558	2 464 676	928 819

NOTA 11 – COBERTURA DO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2018, o OIC mantinha as seguintes operações para cobertura do risco cambial:

MOEDAS	POSIÇÃO CAMBIAL						TOTAL A PRAZO	POSIÇÃO GLOBAL
	À VISTA	FUTUROS	FORWARD	SWAPS	OPÇÕES			
USD	1 100 691	-	-1 100 000	-	-	-1 100 000	691	
Contravalor Euro *	944 151	-	- 943 558	-	-	- 943 558	593	

* A o câmbio "fixing" do BCE de 30 de Junho de 2018

NOTA 15 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS IMPUTADOS AO OIC NO PERÍODO

Custos	Valor	% VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	177 454	0,3472%
<i>Componente Variável</i>	-	-
Comissão de Depósito	50 701	0,0992%
Taxa de Supervisão	3 648	0,0071%
Custos de Auditoria	2 583	0,0051%
Outros Custos	249	0,0005%
Total	234 635	
Taxa Global de Custos (TGC)		0,4591%

(1) Média relativa ao período de referência

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos

e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2015 a 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2018.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 27 de agosto de 2018



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)